

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA

Josivam Mateus de Andrade

O POLICIAMENTO ORIENTADO PELA INTELIGENCIA COMO ESTRATÉGIA DE
PREVENÇÃO E COMBATE AO CRIME EM MINAS GERAIS: UM ESTUDO DE CASO

São João Del-Rei
2018

JOSIVAM MATEUS DE ANDRADE

O POLICIAMENTO ORIENTADO PELA INTELIGENCIA COMO ESTRATÉGIA DE
PREVENÇÃO E COMBATE AO CRIME EM MINAS GERAIS: UM ESTUDO DE CASO

Monografia apresentada a Universidade Federal de
São João del-Rei como parte dos requisitos para
obtenção do título de Especialista em Gestão
Pública.

Orientador: Prof. Dr. Talles Girardi de Mendonça

São João Del-Rei
2018

Josivam Mateus de Andrade

**O POLICIAMENTO ORIENTADO PELA INTELIGENCIA COMO ESTRATÉGIA DE
PREVENÇÃO E COMBATE AO CRIME EM MINAS GERAIS: UM ESTUDO DE CASO**

Monografia apresentada para conclusão de
curso de Pós Graduação em Gestão Pública da
Universidade Federal de São João Del-Rei.

Aprovada:

Prof. Dr. Talles Girardi de Mendonça **(UFSJ)**
(Orientador)

Profa. Dra. Patrícia Lopes Rosado
(UFSJ)

São João Del-Rei
2018

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, o único digno de toda honra e toda glória, pelo dom da vida e pela oportunidade da salvação.

Agradeço aos meus pais o amor incondicional que me dedicaram e pelos valores e ensinamentos que me passaram. Agradeço aos meus irmãos o carinho e a dedicação.

Agradeço a minha amada esposa Valquíria pelo amor e companheirismo e por ser minha parceira na jornada da vida.

Agradeço a minhas filhas Júlia e Ana por serem a razão do meu viver.

Agradeço a todos os valorosos policiais militares do 31º BPM, e em especial ao comandante do 31º BPM, Tenente Coronel Rocha e subcomandante, Major Píramo. Os senhores são líderes que conduzem a tropa pela força do exemplo.

Agradeço aos meus chefes diretos, Capitão Brandão e Tenente Idnei pela paciência e confiança que me dedicam. Aprendo com os senhores todos os dias.

Agradeço aos meus colegas de trabalho pela amizade e companheirismo.

Por fim, agradeço a todos que, de alguma forma, contribuíram para minha formação.

RESUMO

O objetivo deste estudo é apresentar a estratégia do Policiamento Orientado pela Inteligência como metodologia de prevenção e combate ao crime, e avaliar sua aplicabilidade pela PMMG. O Policiamento Orientado pela Inteligência é uma estratégia de policiamento que através do uso do conhecimento produzido pelas agências de inteligência policiais identifica os principais problemas que afetam uma comunidade ou cidade e propõe estratégias para eliminar ou minorar tais problemas, de forma a causar um maior impacto na vida da população. Dessa forma, os gestores de polícia podem direcionar seus recursos aos principais autores de crimes violentos ou naqueles que causam os maiores impactos nos índices criminais. Neste trabalho foram demonstrados os potenciais benefícios da adoção desta estratégia de policiamento pela PMMG em suas atividades e as ações necessárias para sua implantação. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, exploratória e descritiva, sobre o tema do Policiamento Orientado pela Inteligência. Foi realizado um trabalho de campo para verificar a percepção dos policiais militares lotados no 31º Batalhão de Polícia Militar sobre a importância do policiamento orientado pela inteligência. Por fim, conclui-se que a uso da metodologia do policiamento orientado pela inteligência potencializa a efetividade dos serviços de prevenção e combate ao crime executados pela Polícia Militar de Minas Gerais.

Palavras-chave: Policiamento Orientado pela Inteligência, crime, prevenção, informação, segurança pública.

ABSTRACT

The objective of this study is to present the strategy of Intelligence Oriented Policing as a methodology for preventing and combating crime, and to evaluate its applicability by PMMG. Intelligence Oriented Policing is a policing strategy that, through the use of the knowledge produced by police intelligence agencies, identifies the main problems affecting a community or city and proposes strategies to eliminate or mitigate such problems, in order to have a greater impact on the population. In this way, police managers can direct their resources to the main perpetrators of violent crimes or those that cause the greatest impact on criminal indices. In this work the potential benefits of the adoption of this PMMG policing strategy in its activities and the actions necessary for its implementation were demonstrated. The methodology used was the exploratory and descriptive bibliographical research on the theme of Intelligence Oriented Policing. A field work was carried out to verify the perception of military policemen crowded in the 31st Military Police Battalion on the importance of intelligence-led policing. Finally, it is concluded that the use of the intelligence-oriented policing methodology enhances the effectiveness of the crime prevention and combat services carried out by the Minas Gerais Military Police.

Keywords: Intelligence-Oriented Policing, Crime, Prevention, Information, public security.

LISTA DE ABREVIATURAS

AA	Agências de Área
AC	Agência Central
AI	Atividade de Inteligência
AR	Agência Regional
ABIN	Agência Brasileira de Inteligência
BPM	Batalhão de Polícia Militar
DDU	Disque Denúncia Unificado
DISP	Diário Informativo de Segurança Pública
DPO	Diretriz de Planejamento Operacional
DNISP	Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública
ILP	<i>Intelligence-led Policing</i>
ISP	Inteligência de Segurança Pública
NA	Núcleo de Agência
PMMG	Polícia Militar de Minas Gerais
OSCE	Organização para a Segurança e Cooperação na Europa
POI	Policimento Orientado pela Inteligência
SENASP	Secretaria Nacional de Segurança Pública
SFICI	Serviço Federal de Informações e Contrainformações
SNI	Serviço Nacional de Informações
SIPOM	Sistema de Inteligência da Polícia Militar
SI	Subagência de Inteligência

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	7
2 OBJETIVOS.....	10
2.1 Objetivo geral.....	10
2.2 Objetivos específicos.....	10
3 REFERENCIAL TEÓRICO.....	11
3.1 Origem da atividade de inteligência.....	11
3.2 Policiamento orientado pela inteligência.....	12
3.2.1 Procedimentos para implementação do POI.....	14
3.2.2 POI e Policiamento Comunitário: possibilidade de coexistência simultânea.....	15
3.3 A atividade de inteligência no Brasil.....	17
3.4 Inteligência de segurança pública.....	19
3.5 A atividade de inteligência na Polícia Militar de Minas Gerais.....	20
4 METODOLOGIA.....	21
5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	22
5.1 Percepção quanto à importância da Atividade de Inteligência na prevenção e combate ao crime.....	22
5.2 Importância do conhecimento dos principais autores de crimes.....	23
5.3 Importância da difusão do conhecimento produzido pela Atividade de Inteligência.....	24
5.4 Importância da divulgação diária dos principais autores de crimes, seguindo a metodologia do POI	26
5.5 Como o conhecimento produzido pela Inteligência chega até os policiais militares que estão na linha de frente do combate ao crime.....	27
5.6 Percepção dos policiais sobre o foco de atuação da atividade de inteligência.....	28
5.7 Percepção sobre como a Atividade de Inteligência pode contribuir para o desempenho das atividades dos policiais militares.....	29
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30
REFERÊNCIAS.....	32
APÊNDICE A – Questionário aplicado aos policiais militares do 31º BPM.....	35

1 INTRODUÇÃO

Dentre todos os problemas vivenciados pela população brasileira, a violência é um dos principais desafios a serem enfrentados, uma vez que as causas da violência são várias e as estratégias de combate ao crime também. Vários especialistas em segurança defendem a tese de que devem ser feitos investimentos na área de segurança pública, especialmente, na inteligência policial, para diminuir os índices de violência.

Mas apenas o aporte de mais recursos não é garantia de sucesso, principalmente em uma época de contenção de gastos. Nesse sentido, Cepik e Borba argumentam que:

A abordagem convencional para tratamento da criminalidade sempre se pautou por três eixos: dissuasão (entendida como altas sanções penais), inabilitação (entendida como encarceramento de infratores) e tamanho da força policial [...]. Além de extremamente onerosa aos cofres públicos e irrealista na articulação entre fins inalcançáveis (extinção do crime) e meios insuficientes (autossuficiência do sistema penal), essa política demonstrou diversos efeitos colaterais, como a superlotação e deterioração dos presídios, o crescimento da violência institucional, a ineficiência do processo penal e a autonomização das forças policiais. (CEPIK, BORBA, 2011, p.392)

Diante deste cenário os gestores das polícias se veem obrigados a lançarem mão de novas estratégias de policiamento, estratégias estas que precisam ser eficientes para obterem melhores resultados com os recursos disponíveis.

Neste sentido, novas estratégias de policiamento precisam ser testadas uma vez que o velho modelo de policiamento vem se mostrando incapaz de fazer frente ao fenômeno da criminalidade e violência. A estratégia do Policiamento Orientado pela Inteligência (POI) pode ser a chave para o alcance da efetividade dos esforços de prevenção e combate ao crime.

A atividade de inteligência no contexto do policiamento executado pelas polícias militares é um assunto obscuro para a maioria da população, pois esta atividade costuma ser entendida, erroneamente, como sinônimo de investigação policial. Se assim fosse, não poderia ser executado pelas Polícias Militares, a não ser nos casos de crimes militares próprios¹.

Na seara da segurança pública, os serviços de inteligência existem para prestar assessoria aos gestores, para que estes tomem decisões fundamentadas. Cepik (2009, p.30-31) define serviços de inteligência como “organizações governamentais especializadas na coleta e na análise de informações sobre temas, indivíduos e organizações relevantes para os processos decisórios nas áreas de política externa, política de defesa nacional e manutenção de ordem pública”.

¹ O artigo 144 da Constituição Federal, em seu § 4º reservou às Polícias Cíveis a apuração de ilícitos penais, exceto os de competência da União e os crimes militares.

O POI é uma estratégia de policiamento que através do uso do conhecimento produzido pelas agências de inteligência policiais identifica os principais problemas que afetam uma comunidade ou cidade e propõe estratégias para eliminar ou minorar tais problemas, de forma a causar um maior impacto na vida da população (PERRY et al., 2013).

O foco do POI é a identificação de autores de crimes reincidentes ou autores de crimes de alto poder lesivo (RATCLIFFE, 2011), ou seja, propõe um policiamento dirigido para os autores de crimes que de fato causam impacto negativo na segurança pública, uma vez que o policiamento é mais efetivo quando direciona seus esforços para pessoas e lugares específicos.

Esta estratégia de policiamento surgiu na década de 90, no Reino Unido e se popularizou após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos, portanto, é relativamente recente e por esse motivo existem poucos trabalhos acadêmicos sobre o tema.

A atividade de inteligência, de um modo geral, é pouco abordada por autores nacionais. Nesse sentido, Cardoso argumenta que:

Embora seja uma atividade essencial para o assessoramento dos processos decisórios desenvolvidos pelo Estado para a elaboração e a implementação de políticas públicas, bem como para a condução de todas as ações desenvolvidas no âmbito da defesa ... a Atividade de Inteligência é negligenciada como objeto de estudo nos poucos espaços dedicados à defesa na esfera acadêmica civil. Salvo o programa de pós-graduação e o doutorado da UFRGS, nenhum outro curso de graduação ou pós-graduação dedicado à defesa possui disciplinas voltadas especificamente à Inteligência. A produção acadêmica dedicada ao tema nestes espaços também é modesta. (CARDOSO, 2017).

Tendo em vista que o POI é assunto pouco abordado por autores nacionais, este trabalho objetiva trazer um maior entendimento sobre o tema e demonstrar a importância do serviço de inteligência para o estado democrático de direito e sua aplicabilidade para os policiais que estão na ponta da linha.

Nas agências policiais onde a metodologia do POI foi adotada, foram observados declínios nas taxas de criminalidade, como por exemplo, no condado de Rockland e no estado de Nova York, nos Estados Unidos. A metodologia foi implementada no ano de 2008 e desde o ano de implementação até o ano de 2012 as taxas de crimes violentos caíram em ambos os locais².

² International Association of Chiefs of Police. 2016. Intelligence Led Community Policing, Community Prosecution, and Community Partnerships. Washington, DC: Office of Community Oriented Policing Services. Disponível em: <http://www.theiacp.org/Portals/0/documents/pdfs/IL3CP.pdf>. Acesso em 04 Maio 2018.

Nesta pesquisa será apresentado o papel da atividade de inteligência no contexto da segurança pública, o uso da atividade de inteligência por parte das polícias militares, em especial, por parte da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG).

Em seguida, será definido o que é Policiamento Orientado pela Inteligência e analisado como esta metodologia pode contribuir para a prevenção e combate ao crime, além de verificar se esta metodologia pode ser aplicada em conjunto com outras estratégias de policiamento, como o policiamento comunitário e o policiamento orientado pelo problema.

Como justificativa tem-se que o presente estudo procurou descrever como o POI pode contribuir para otimizar as atividades de prevenção e repressão ao crime desenvolvidas pela Polícia Militar.

A pergunta norteadora desta pesquisa é a seguinte: como as agências de inteligência da Polícia Militar podem contribuir de forma mais intensa na prevenção e combate ao crime utilizando os preceitos do POI?

A hipótese básica do estudo foi elaborada sob o enfoque de que a adoção da metodologia do POI potencializa a efetividade das atividades de prevenção e repressão ao crime executados pela PMMG.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Este estudo tem por objetivo compreender e apresentar a estratégia do Policiamento Orientado pela Inteligência como metodologia de prevenção e combate ao crime, e avaliar sua aplicabilidade pela PMMG como estratégia de prevenção e combate ao crime.

2.2 Objetivos específicos

Descrever o que é Inteligência de segurança pública;

Demonstrar a origem do policiamento orientado pela inteligência;

Especificar os potenciais benefícios da adoção desta estratégia de policiamento pela PMMG em suas atividades e ações necessárias para sua implantação;

Identificar, por meio de questionário aplicado aos policiais militares lotados no 31º Batalhão de Polícia Militar (BPM), como o policiamento orientado pela inteligência pode colaborar para a efetividade das atividades policiais.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

A atividade de inteligência é uma área pouco abordada pela comunidade acadêmica no Brasil. Segundo Gonçalves (2017, p.5-6), isso se dá por três motivos: desconhecimento e preconceito que envolve a percepção da opinião pública e da comunidade acadêmica sobre o assunto; em razão da atividade de inteligência ser uma área fechada, tornando difícil ao pesquisador comum desenvolver seus trabalhos sobre um tema cuja doutrina ainda é mantida em segredo, e por fim, pelo fato de que o interesse acadêmico pelo tema é recente e são poucos os veteranos dos serviços secretos brasileiros que resolveram escrever suas memórias. Em razão dos motivos apresentados, grande parte dos autores usados como referencia nesta pesquisa são estrangeiros.

Nesta seção será apresentada a visão dos principais autores sobre o tema da inteligência, inteligência de segurança pública e especialmente sobre o Policiamento Orientado pela inteligência.

3.1 Origem da atividade de inteligência

Podemos definir a atividade de inteligência como a busca e obtenção de informações que possam influenciar no processo de decisão. Esta busca de informações com o objetivo de auxiliar o processo de tomada de decisão sempre norteou as ações do homem.

No antigo testamento, quando o povo hebreu chegou próximo à terra prometida, Moisés enviou homens a Canaã com a missão de espionar a terra, seus moradores e suas defesas. Quando voltarem, cada um fez um relato minucioso do que viu e quais suas impressões sobre a possibilidade de atacar Canaã. Neste relato bíblico podemos observar claramente a descrição de uma operação de inteligência:

Enviou-os, pois, Moisés a espionar a terra de Canaã; e disse-lhes: Subi por aqui para o lado do sul, e subi à montanha: E vede que terra é, e o povo que nela habita; se é forte ou fraco; se pouco ou muito. E como é a terra em que habita, se boa ou má; e quais são as cidades em que eles habitam; se em arraiais, ou em fortalezas. Também como é a terra, se fértil ou estéril; se nela há árvores, ou não; e esforçai-vos, e tomai do fruto da terra. E eram aqueles dias os dias das primícias das uvas. (BÍBLIA. Números 13:17-20)

O general chinês Sun Tzu, no século IV a.c. descreveu várias instruções sobre o uso de agentes secretos numa guerra. Sun Tzu defendia que o conhecimento antecipado do inimigo traria benefícios táticos imediatos:

Geralmente, no caso de exércitos que você deseja derrotar, é preciso instruir seus agentes para descobrir, nos mínimos detalhes, informações como: cidades que vale a pena atacar, pessoas que deseja assassinar, nomes do corpo de oficiais, do líder da guarnição, dos porteiros, dos guardiões do portão e dos guarda-costas, etc.(TZU, 2006).

Durante o período da Segunda Guerra Mundial (1939 a 1945), a atividade de inteligência foi utilizada de forma intensa, com agentes de inteligência e espões infiltrados em países inimigos com a missão de descobrir informações vitais sobre o poderio militar e localização das tropas inimigas no campo de batalha.

Nos dias atuais, o uso da inteligência no âmbito da segurança pública se faz necessário para prover os gestores de informações que possibilitem a tomada de decisões motivadas e mais racionais e fazer frente à evolução do crime. Conforme explica Cepik:

Nas últimas duas décadas, o crime organizado, o tráfico de drogas e crimes eletrônicos (incluindo fraude financeira e lavagem de dinheiro) adquiriram tal importância na agenda de segurança de alguns países, que a busca por informações extrapolou os limites da rotina da investigação criminal. Essa expansão das missões ocorreu de forma mais ou menos concomitante com a transformação dos antigos serviços secretos e polícias políticas em serviços de inteligência de segurança (security intelligence), principalmente nos países democráticos. (CEPIK, 2001, p.119).

No Brasil, a atividade de inteligência sempre sofreu forte influência da área militar, e a partir da redemocratização do país, passou a ser direcionada para a área de segurança pública.

3.2 Policiamento Orientado pela Inteligência (POI)

O termo Policiamento Orientado pela Inteligência passou a ser empregado pela primeira vez nos anos 90, no Reino Unido e se popularizou após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos.

O POI é uma estratégia de policiamento que através do uso do conhecimento produzido pelas agências de inteligência policiais identifica os principais problemas que afetam uma comunidade ou cidade e propõe estratégias para eliminar ou minorar tais problemas, de forma a causar um maior impacto na vida da população (PERRY et al., 2013).

O foco do POI é a identificação de autores de crimes reincidentes ou autores de crimes de alto poder lesivo (RATCLIFFE, 2011), ou seja, propõe um policiamento dirigido para os autores de crimes que de fato causam impacto negativo na segurança pública, uma vez que o policiamento é mais efetivo quando direciona seus esforços para pessoas e lugares específicos.

Por ser um tema novo, não há uma definição única sobre o que é policiamento orientado pela inteligência. Esta metodologia envolve a coleta e análise de informações para produzir um conhecimento que seja útil para os tomadores de decisão policial. Ela se baseia na premissa de que o principal objetivo da polícia é prevenir o crime ao invés de combatê-lo.

Nas palavras de Ratcliffe (2016, p. 66):

O policiamento liderado pela inteligência enfatiza a análise e a inteligência como essenciais para uma estrutura de tomada de decisão objetiva que priorize zonas quentes de criminalidade, vítimas recorrentes, infratores contumazes e grupos criminosos. Facilita o crime e a redução de danos, a interrupção e a prevenção por meio de gerenciamento, implantação e fiscalização estratégica e tática. (“Tradução nossa”).³

O policiamento orientado pela inteligência permite ao gestor do policiamento tomar decisões fundamentadas sob o ponto de vista da prevenção e alocar de forma racional os recursos humanos e materiais disponíveis.

O POI é um modelo moderno e proativo de policiamento e combina coleta, avaliação e análise de inteligência com procedimentos e mecanismos de tomada de decisão, proporcionando uma gestão mais eficiente dos recursos disponíveis. É uma alternativa à forma tradicional reativa de policiamento. Este modelo já foi adotado em vários países nos últimos anos com resultados promissores.

Segundo a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE):

O Policiamento Orientado pela Inteligência foi desenvolvido como uma resposta a esses crescentes desafios, inspirando e facilitando uma abordagem proativa de policiamento, complementando o modelo tradicional e reativo de policiamento. Provou ser uma ferramenta eficaz para combater o crime organizado, para fazer um melhor uso dos recursos e para identificar e abordar as tarefas prioritárias de forma direcionada. A abordagem proativa e orientada para o futuro do Policiamento Orientado pela Inteligência facilita a prevenção, redução, interrupção e desmantelamento do crime⁴. (OSCE, 2017, p.10, tradução nossa).

O POI proporciona uma abordagem moderna para identificar e planejar medidas contra ameaças graves como terrorismo e crime organizado, mas também pode ser aplicado no enfrentamento aos crimes mais comuns. Em um momento de restrições orçamentárias, o

³ Texto original: “Intelligence-led policing emphasizes analysis and intelligence as pivotal to an objective, decision-making frame that prioritizes crime hotspots, repeat victims, prolific offenders and criminal groups. It facilitates crime and harm reduction, disruption and prevention through strategic and tactical management, deployment and enforcement.”

⁴ Texto original: “Intelligence-led policing (ILP) developed as a response to these growing challenges by inspiring and facilitating a proactive policing approach, complementing the traditional, reactive policing model. It has proved to be an effective tool to address organized crime, to make better use of resources, and to identify and address priority tasks in a targeted manner. The proactive and future-oriented approach of ILP facilitates crime prevention, reduction, disruption and dismantling.”

POI fornece aos gestores de polícia ferramentas para identificar prioridades e alocar recursos de forma eficaz.

A chave para o processo do POI é a coleta e análise sistemáticas de informações e dados relevantes para a prevenção, redução e combate ao crime, traduzidos em relatórios de inteligência. Com base nestes relatórios, decisões são tomadas, tendo como alvo os crimes e criminosos que causam maior impacto nos índices criminais, direcionando os recursos humanos e materiais para os locais e pessoas prioritários.

3.2.1 Procedimentos para implementação do POI

Não existe um padrão ou modelo a ser seguido para implementar o POI, mas existem ferramentas e etapas para diagnosticar a necessidade de inteligência de uma unidade policial e elaborar um plano para suprir essa demanda.

Para que o POI seja implementado em uma unidade policial se faz necessário o desenvolvimento de uma estrutura de coleta de informações para gerenciar as possíveis ameaças e prioridades de atuação e o desenvolvimento de uma estrutura organizacional para apoiar a iniciativa.

Nesse sentido, Carter (2009, p. 99) defende a adoção de três etapas para a implementação do POI: A primeira etapa examina os elementos necessários para o gerenciamento de informações, e começa com o desenvolvimento de um plano de gerenciamento. A segunda etapa é a criação de uma estrutura organizacional para tornar o plano de gerenciamento de informações viável. A terceira etapa é a implementação propriamente dita.

Para a confecção do plano de gerenciamento da informação, o mesmo autor (ibidem, p.100) orienta que sejam estabelecidos sete componentes:

- a) Definição das estratégias prioritárias: Nessa fase deve ser respondida a seguinte pergunta: Quais problemas são mais importantes?
- b) Definição dos requisitos de inteligência: Quais informações adicionais devem ser melhor entendidas? Quais são suas causas e seus efeitos?
- c) Plano de coleta: Onde e como obter as informações adicionais necessárias para entender melhor o problema?
- d) Análise: O que as novas informações significam e quais novas ideias elas fornecem sobre o problema?
- e) Produto de inteligência: Quais informações devem ser repassadas aos policiais para prevenir ou combater um problema?

f) Resposta operacional: Que atividades operacionais podem ser implementadas para prevenir ou mitigar os problemas prioritários? Quais recursos são necessários?

g) Revisão do processo: As informações repassadas foram úteis? O problema poderia ter sido solucionado sem as informações levantadas? O que pode ser feito para melhorar o processo?

A definição das estratégias prioritárias deve ser feita tendo como base informações provenientes dos índices criminais de cada cidade ou região.

Requisitos de inteligência ou lacuna de inteligência são informações que estão faltando para entender uma ameaça, um alvo ou um suspeito. As informações necessárias para preencher essa lacuna são os requisitos de inteligência.

O plano de coleta é um procedimento sistemático para coletar informações relevantes de todas as fontes possíveis, que respondem aos requisitos de inteligência para produzir um produto de inteligência.

3.2.2 POI e Policiamento Comunitário: possibilidade de coexistência simultânea

Desde que o policiamento passou a ser pesquisados pela comunidade acadêmica, surgiram várias estratégias de policiamento: Policiamento Profissional, Policiamento Estratégico, Policiamento Orientado ao Problema, Policiamento Comunitário e Policiamento Orientado pela Inteligência.

É importante observar que cada estratégia de policiamento surgiu em um momento histórico diferente e que cada estratégia nova de policiamento surgiu para complementar a estratégia anterior. Nesse sentido, a Diretriz para a Prestação de serviços de Segurança Pública nº 3.01.06/2011, da PMMG destaca que:

As estratégias de policiamento, apesar de terem características distintas, não são concorrentes, elas têm um sentido de complementação ao longo do tempo. Cada estratégia é um trabalho desenvolvido para o seu contexto histórico e busca suprir uma lacuna que ainda não era abordada ou desenvolvida na tarefa policial da estratégia anterior (PMMG, 2011, p.17).

Cada estratégia de policiamento tem as suas vantagens e desvantagens e segundo entendimento da PMMG (2011, p.18), as características isoladas de cada estratégia de policiamento (comunitário, orientado para o problema, estratégico e profissional), são por si só, insuficientes para promover a segurança pública.

Com o aumento da criminalidade nas últimas décadas do século passado, a comunidade passou a demandar o poder público por mais segurança. Nesse momento, fica

claro que segurança pública não é assunto exclusivo da Polícia e que a comunidade precisa ter um papel mais ativo nessa seara. Emerge desse cenário a estratégia de Polícia Comunitária:

A polícia comunitária é o final de um movimento contínuo de reformas operacionais, que começaram nos anos 60 com o team policing (policimento de grupo) e o neighborhood watch (vigilantes de bairro). A premissa é que a polícia não pode lidar sozinha com o problema do crime. Para construção de uma estratégia de polícia comunitária devem ser buscados como objetivos: parceria, fortalecimento, solução de problemas, prestação de contas e orientação para o cliente. A polícia deve trabalhar em parceria com a comunidade, com o governo, outras agências de serviço e com o sistema de justiça criminal. A palavra de ordem deve ser: “Como podemos trabalhar juntos para resolver este problema?” Portanto, as lideranças da comunidade devem estar envolvidas em todas as fases do planejamento do policiamento comunitário. (ibdem, p.17)

O Policiamento Comunitário é uma estratégia que integra o cidadão e a comunidade no planejamento das ações policiais. Essa estratégia empodera o cidadão e o policiamento é desenvolvido visando satisfazer os anseios da comunidade.

A PMMG institucionalizou a filosofia de polícia comunitária com a edição da Diretriz de Planejamento Operacional (DPO) 3008/93. No início, essa nova filosofia sofreu resistência por parte do público interno e também da própria comunidade.

Nesse modelo de policiamento o cidadão passa a ser um colaborador da polícia, fornecendo informações sobre problemas de Segurança Pública que acontecem em seu bairro ou vizinhança. Além disso, o cidadão trabalha em conjunto com a polícia busca de soluções para estes problemas.

Importante destacar que as informações repassadas pela comunidade precisam ser confirmadas pela pelos profissionais de segurança pública, cabendo a estes avaliar o valor e a aplicabilidade da informação recebida. Nesse ponto a atividade de inteligência pode fazer uma ponte entre as informações repassadas pela comunidade e a transformação dessa informação em um produto de inteligência que possa ser usado pelos gestores das polícias.

O Policiamento Comunitário incrementa a coleta de informações sobre a criminalidade, repassadas pela comunidade, e potencializa o POI. Essa integração entre policiamento comunitário e POI requer um esforço contínuo dos policiais e da população civil. Segundo Carter:

Como o policiamento comunitário, o POI requer um investimento de esforço de todos os componentes da organização, bem como da comunidade. Já se foram os dias em que as unidades de inteligência operavam em anonimato. [...] inteligência policial é uma responsabilidade de toda a organização que depende de uma relação simbiótica com os residentes.(CARTER, 2009, p.88)⁵

⁵ Texto original: Like community policing, ILP requires an investment of effort by all components of the organization as well as the community. Gone are the days when intelligence units operated in relative anonymity. Based on the precepts of the ILP [...], law enforcement intelligence is an organization-wide responsibility that relies on a symbiotic relationship with residents.

Assim, podemos dizer que o POI proporciona um aperfeiçoamento ao policiamento comunitário, transformando as demandas dos cidadãos em objetivos claros de ação.

3.3 A atividade de inteligência no Brasil

A atividade de inteligência no Brasil teve início no ano de 1927, no Governo Washington Luís, quando foi criado o Conselho de Defesa Nacional por meio do Decreto nº 17.999, de 29 de novembro de 1927.

Esse órgão teve atuação discreta até instauração do Estado Novo (1937 a 1945), momento em que, Segundo Cepik (2011, p.15) a atividade de Inteligência e os serviços de polícia passaram a se constituir, como polícia política, instrumentalizando a repressão aos opositores e inimigos do regime brasileiro.

Em 1946 foi criado o Serviço Federal de Informações e Contrainformações (SFICI), segundo Cepik (ibidem, p.15), somente com a criação do SFICI começa efetivamente a institucionalização da inteligência.

Com o golpe militar em 1964, a atividade de inteligência passou para um outro patamar. Através da Lei nº 4.341, de 13 de junho de 1964 foi criado o Serviço Nacional de Informação (SNI), que absorveu o SFICI .

A partir do ano de 1968 começam a surgir grupos armados opositores ao regime militar. Em resposta, foi instituído o Ato Institucional nº 5 (AI-5) em dezembro de 1968 e começa o período de maior repressão aos direitos civis. Nesse contexto o SNI ganha novas funções, passando a integrar órgãos civis em sua estrutura. Figueiredo argumenta que:

[...] a partir de 1967, o SNI ganhou tentáculos. Abriu escritórios nos ministérios civis - as chamadas Divisões de Segurança e Informações (DSI) - e nas autarquias e órgãos federais - as Assessorias de Segurança e Informações (ASI). Também ganhou parceiros nas Forças Armadas, com a criação ou reorganização dos serviços secretos militares [...]. Era a chamada “comunidade de informações”, em que o SNI entrava com a vigilância e os serviços secretos militares com a repressão e as armas. (FIGUEIREDO, 2005, p.16).

A atividade de inteligência deu suporte e foi responsável pela longevidade do regime no país, sendo responsável diretamente pela prisão e execução de opositores do regime. Segundo Cepik:

É digno de registro que as funções de polícia política e de combate à oposição armada - em que a tortura era utilizada de forma sistemática, bem como o assassinato e o “desaparecimento” de opositores foram rotineiros no auge da repressão - eram igualmente asseguradas pelos Departamentos Estaduais de Ordem Política e Social (DEOPS), órgãos das secretarias de segurança pública dos Estados

brasileiros, onde se destacou, pela importância na repressão e também pela brutalidade, o de São Paulo. Todos estes órgãos e seus funcionários formavam a “comunidade de segurança” do regime, que foi responsável por quase quatro centenas de mortos e desaparecidos políticos e por milhares de torturados, a maioria na primeira metade da década de 1970. (Ibdem, p. 19).

O uso do um órgão de inteligência como polícia política para reprimir as liberdades civis macularam a imagem da atividade de inteligência e com o fim do regime existia o desejo de que tal órgão fosse extinto.

Tendo em vista o momento histórico, com a eleição do primeiro Presidente da República de forma direta após a redemocratização, Fernando Collor, ao assumir a Presidência, toma uma medida drástica, extinguindo o Serviço Nacional de Informações (SNI), contudo, nenhum outro órgão de inteligência foi criado para assumir as suas funções. Somente em 1999, no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, foi criada a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN).

A criação do novo órgão de inteligência sofreu resistência de alguns setores da sociedade, tendo em vista que ainda pairava sobre a população os temores de que esse novo órgão fosse usada pelo governo como o foi o SNI. Segundo Cepik:

A criação da ABIN teve início em 1995, no início da presidência de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), através da Medida Provisória no 813. O processo de criação da Agência, contudo, alongou-se devido a resistências políticas – relacionadas à imagem negativa que granjearam os serviços de inteligência no meio político e na sociedade durante a ditadura – e também a pressões corporativas, até que, em 7 dezembro de 1999, foi sancionada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso a Lei no 9.883, que efetivava, de fato, o novo órgão. (CEPIK, 2011, p.30)

A Lei n.º 9.883, de 7 de dezembro de 1999, instituiu o Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN) e criou a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN). A ABIN é o órgão central do SISBIN e tem como finalidade planejar, executar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades de inteligência e contra-inteligência do País, de modo a assessorar o Presidente da República com informações de caráter estratégico.

A ABIN foi criada tendo como objetivo ser um órgão de inteligência que respeita e defende o Estado democrático de direito, sendo apartidária.

A Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) foi criada com a edição do Decreto 3 448, de 05 de maio de 2000. A SENASP é um órgão integrante do SISBIN e tem por objetivo:

[...] organizar e disseminar informações relacionadas à inteligência criminal, de segurança e de contrainteligência. Seus principais componentes operacionais são os Departamentos de Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal no âmbito do Ministério da Justiça, além de alguns órgãos do Ministério da Fazenda (COAF, COPEI e SRF), do Ministério da Integração Regional e do Ministério da Defesa (SPEAI), do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República

(ABIN e SENAD), além das polícias civis e militares dos 26 Estados e do Distrito Federal (BRANDÃO, 2010, p. 162-163).

Nos dias atuais, a atividade de inteligência ganha uma importância cada vez maior na área da Segurança Pública.

3.4 Inteligência de segurança pública

A Inteligência de Segurança Pública (ISP), também chamada de Inteligência Policial, existe para subsidiar autoridades da área de Segurança Pública na tomada de decisões.

Segundo Gonçalves:

A inteligência policial tem como escopo questões táticas de repressão e investigação de ilícitos e grupos infratores. Essa inteligência esta a cargo, e deve permanecer, das polícias – no caso do Brasil, estaduais, civis e militares e polícia federal. É por meio desse tipo de atividade que se podem levantar indícios e tipologia que auxiliam o trabalho da polícia judiciária e do Ministério Público. No combate ao crime organizado, é muito mais com a atividade de inteligência do que com grandes operações ostensivas que se consegue identificar esquemas ilícitos e desbaratar quadrilhas (GONÇALVES 2008, p. 148).

Dessa forma, a atividade de inteligência passa a ser usada como uma ferramenta de assessoramento aos tomadores de decisão. Segundo a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP):

A atividade de inteligência, no campo da segurança pública, é importante ferramenta de resposta e apoio ao combate ao crime em geral, sobretudo aqueles de alta complexidade, procurando identificar, entender e revelar os aspectos ocultos da atuação criminosa que seriam de difícil constatação pelos meios clássicos de investigação policial, servindo, concomitantemente, no assessoramento das autoridades governamentais e na elaboração de Planos de Segurança Pública.

Visando padronizar as normas de atuação da atividade de Inteligência de Segurança Pública no país, foi criada a Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública (DNISP), a qual é periodicamente revisada. Através da Portaria nº 02 de 02 de janeiro de 2016, da Secretaria Nacional de Segurança Pública, esta doutrina está em sua quarta edição.

Considerando as peculiaridades de cada Instituição integrante da SENASP, a DNISP definiu da seguinte maneira as atribuições e campo de atuação da Inteligência Policial Militar:

A atividade de Inteligência Policial Militar é o exercício permanente e sistemático de ações especializadas para identificar, avaliar e acompanhar ameaças reais ou potenciais na esfera de Segurança Pública, orientadas para produção e salvaguarda de conhecimentos necessários para assessorar o processo decisório; para o planejamento, execução e acompanhamento de assuntos de Segurança Pública e da Polícia Ostensiva, subsidiando ações para prever, prevenir e neutralizar ilícitos e ameaças de qualquer natureza, que possam afetar a ordem pública e a incolumidade

das pessoas e do patrimônio, sendo exercida pelas Agências de Inteligência das Polícias Militares. (BRASIL, 2006).

Na próxima seção será descrito como é desenvolvida a atividade de inteligência na Polícia Militar de Minas Gerais.

3.5 A atividade de inteligência na Polícia Militar de Minas Gerais

A Atividade de Inteligência na PMMG teve início no final da década de 1940, quando foi estruturado o Estado-Maior da Corporação. O Estado-Maior é órgão que assessora o Comandante-Geral da PMMG em suas decisões.

Em 1975 foi criada a Agência Central na PM2, Segunda Seção do Estado-Maior e foi estabelecido o Sistema de Inteligência da Polícia Militar (SIPOM), que é o conjunto de recursos humanos e materiais, responsáveis pela execução da Atividade de Inteligência na PMMG, por intermédio de suas agências e seus agentes, conhecidos como “P2”.

No ano de 2010 foi editada a Resolução nº 4.0622, que criou a Diretoria de Inteligência (DInt), que passou a ser a Agência Central (AC). A PM2 passou a ser a Agência de Inteligência Estratégica (AIE/PM-2).

No ano de 2017 a PMMG passou por uma reestruturação do nível de direção Geral. Com essa mudança, a Seção PM-2 do Estado-Maior deixa de existir, sendo suas funções concentradas na Diretoria de Inteligência (DINT).

O SIPOM é composto pela Agência Central (AC); Agências Regionais em cada Região da PM (AR); Agências de Área (AA) nos Batalhões e Companhias Independentes; Subagência de Inteligência (SI) nas Companhias de Polícia e Núcleo de Agência (NA) em Pelotões. A DINT exerce a coordenação operacional do sistema.

4 METODOLOGIA

A pesquisa desenvolvida foi bibliográfica, exploratória e descritiva, sobre o tema do Policiamento Orientado pela Inteligência. Quanto à técnica, foi realizada a pesquisa documental indireta (bibliográfica e documental). Foi realizada uma pesquisa sobre a origem da atividade de inteligência, policiamento orientado pela inteligência, a atividade de inteligência no Brasil, Inteligência de segurança pública e a atividade de inteligência na Polícia Militar de Minas Gerais.

Foi realizado um trabalho de campo através da observação direta extensiva por meio de questionários que foram aplicados aos policiais militares do 31º Batalhão de Polícia Militar (BPM) para verificar a percepção destes policiais sobre a importância do policiamento orientado pela inteligência na prevenção e combate ao crime.

Foi utilizado o modelo de questionário semiestruturado aplicado aos militares do 31º BPM, conforme apêndice A. Como a participação na pesquisa foi voluntária, esta pesquisa foi realizada por amostragem aleatória simples, uma vez que não atingiu a totalidade dos policiais militares da Unidade.

O questionário foi aplicado aos policiais militares lotados no 31º BPM (com exceção dos militares lotados na 73ª Cia PM). A população da pesquisa foi de 361 policiais e a amostra da pesquisa foram 36 policiais.

A pesquisa preservou o anonimato dos participantes, de modo a não identificar o entrevistado, nem seu posto ou graduação.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção será feito uma análise do questionário aplicado aos policiais militares do 31º Batalhão de Polícia Militar. A participação dos policiais militares foi voluntária e por amostragem. O 31º BPM está sediado em Conselheiro Lafaiete e atende a 24 municípios. O questionário foi aplicado aos policiais militares lotados na 61ª Cia PM e 302ª Cia Tático Móvel (sediadas em Conselheiro Lafaiete); 65ª Cia PM, com sede em Ouro Branco e 120ª Cia PM, com sede em Carandaí. O efetivo dos policiais militares lotados nestas companhias era de 361 policiais militares, no período da aplicação do questionário.

Tabela Única: Universo dos policiais militares pesquisados em jul. 2018

Efetivo das Companhias (61ª, 65ª, 120ª e 302 Cias) do 31º BPM em julho de 2018	Militares pesquisados	Do universo de 361 militares, porcentagem que respondeu a pesquisa
361	36	9,9%

Fonte: 31º BPM

Os questionários aplicados tiveram como objetivo verificar a percepção dos policiais militares sobre a atividade de inteligência e especificamente sobre como a metodologia do policiamento orientado pela inteligência impacta no desenvolvimento de suas atividades.

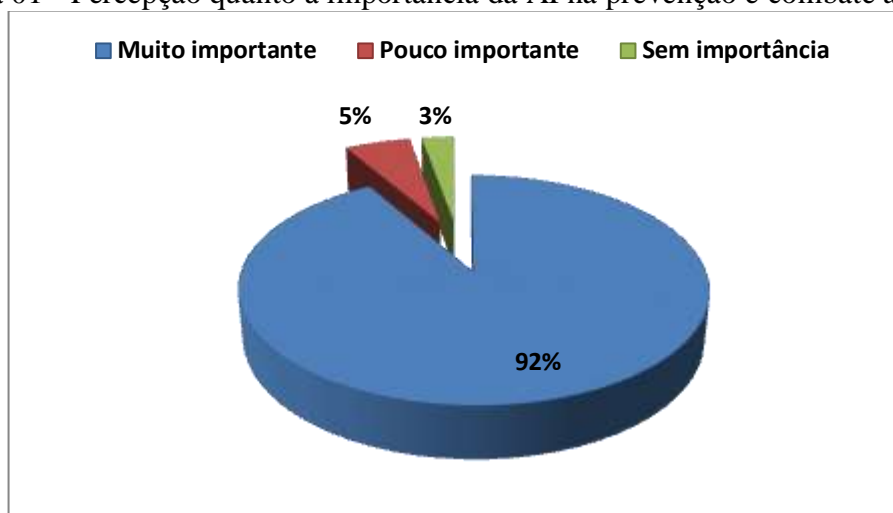
5.1 Percepção quanto à importância da Atividade de Inteligência na prevenção e combate ao crime

Nesta seção será avaliada a percepção dos profissionais de segurança pública sobre a Atividade de Inteligência, verificando se tal atividade é realmente importante, na visão de quem está executando o policiamento.

Foi perguntada a opinião dos entrevistados sobre a seguinte afirmativa: “A Atividade de Inteligência contribui para o desempenho das atividades de prevenção e combate ao crime”.

Conforme demonstrado no gráfico 01, a maioria dos policiais militares entrevistados, ou seja, 92%, têm consciência da importância da Atividade de Inteligência na prevenção e combate ao crime. É possível deduzir, através da pesquisa, que a Atividade de Inteligência é muito importante para a efetividade do policial militar.

Figura 01 - Percepção quanto à importância da AI na prevenção e combate ao crime



Fonte: Resultado da pesquisa

Considerando que a principal função da Atividade de Inteligência é identificar, avaliar e acompanhar ameaças reais ou potenciais para prevenir e neutralizar ilícitos (Brasil, 2017, p.28), a identificação dos principais autores de crimes poderia contribuir de forma significativa para auxiliar os profissionais de segurança pública no desempenho do policiamento ostensivo. Na próxima seção será demonstrado como os entrevistados avaliam esta medida.

5.2 Importância do conhecimento dos principais autores de crimes

Considerando que dentro de um Batalhão de Polícia existem várias atividades de policiamento diferentes, como patrulhamento e atendimento de ocorrência, patrulhamento escolar, viaturas Tático Móvel, setor administrativo, entre outros, é possível que nem todos os policiais tenham conhecimento dos principais autores de crimes violentos. Nesse sentido, foi perguntada a opinião dos entrevistados sobre a importância da definição dos principais autores de crimes violentos.

Conforme demonstrado no gráfico 02, a quase totalidade dos entrevistados (35 em um universo de 36) respondeu ser muito importante conhecer os principais autores de crimes.

Através das respostas dos entrevistados podemos perceber que a metodologia do Policiamento Orientado pela Inteligência vai ao encontro das expectativas dos policiais, ou seja, a definição, por parte do comando da Instituição, dos principais autores de crimes que devem ser presos, facilita o trabalho policial.

Figura 02 - Percepção quanto à importância do conhecimento dos principais autores de crimes



Fonte: Resultado da pesquisa

É possível inferir que o policial militar atribui um grau de importância elevado à Atividade de Inteligência e percebe essa atividade como algo importante para o desempenho de suas funções.

5.3 Importância da difusão do conhecimento produzido pela Atividade de Inteligência

Esta seção trata da questão da difusão do conhecimento produzido pela Atividade de Inteligência. Em primeiro lugar é importante conceituar o termo produção de conhecimento. A Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), (Brasil, 2017, p. 25) define produção do conhecimento como “a atividade de Inteligência de Segurança Pública (ISP) que, por meio de metodologia específica, transforma dados em conhecimentos, com a finalidade de assessorar os usuários no processo decisório”. A metodologia específica citada pela SENASP é a metodologia de produção do conhecimento, que possui as seguintes fases: planejamento, reunião, análise, e conclusão, e a posterior difusão.

Dado por sua vez é toda e qualquer representação de fato, situação, comunicação, notícia, documento, fotografia, dentre outros, ainda não submetida, pelo analista de inteligência à metodologia de produção do conhecimento. Conhecimento “é o resultado final que pode ser expresso por escrito ou oralmente pelo profissional de ISP, quando da utilização da metodologia da produção do conhecimento sobre dados e/ou conhecimentos anteriores”(ibdem, p.25).

É importante destacar que todos os policiais militares tem conhecimento dos conceitos de dado, conhecimento e produção do conhecimento. Estes conceitos foram citados aqui apenas para esclarecimento do leitor.

Foi solicitado aos entrevistados que avaliassem a importância da difusão do conhecimento produzido pela Atividade de Inteligência para os policiais que desempenham o policiamento ostensivo.

Figura 03 - Percepção da difusão do conhecimento produzido pela AI



Fonte: Resultado da pesquisa

Conforme demonstrado na figura 03, a maioria dos entrevistados (33 militares) respondeu que tal difusão é muito importante, 2 disseram ser pouco importante e 1 disse ser irrelevante.

O resultado da pesquisa permite deduzir que os policiais militares, em sua maioria, julgam que a divulgação dos conhecimentos produzidos pela Atividade de Inteligência contribui para o desempenho de suas atividades. Considerando que o questionário foi aplicado de forma a não identificar os entrevistados, não foi possível saber o motivo pelo qual 3% dos entrevistados disseram que a difusão do conhecimento produzido pela Atividade de Inteligência é irrelevante.

Na próxima seção será avaliada a periodicidade considerada ideal para a divulgação destes conhecimentos.

5.4 Importância da divulgação diária dos principais autores de crimes, seguindo a metodologia do POI

O POI é uma estratégia de policiamento relativamente recente. A essência dessa metodologia é direcionar os recursos humanos e materiais para os principais autores de crimes elencados pela atividade de inteligência.

No item 5.2 foi perguntado aos entrevistados qual a opinião deles sobre a importância da definição dos principais autores de crimes violentos por parte do comando da Unidade. A escolha dos principais indivíduos a serem monitorados nesse caso seria feita levando em consideração a assessoria da seção de inteligência.

Foi feita outra pergunta, dessa vez questionando aos entrevistados sobre a importância da difusão diária, através de um documento interno que todos os policiais militares têm acesso, da foto e identificação dos principais autores de crimes.

Essa divulgação diária permitiria fazer as atualizações, retirando da lista aqueles indivíduos que foram presos ou que por qualquer motivo deixaram de serem alvos prioritários e incluir outros.

Figura 04 - Percepção quanto à importância da divulgação diária dos principais autores de crimes, seguindo a metodologia do POI



Fonte: Resultado da pesquisa

Novamente a maioria dos entrevistados (94%) respondeu ser muito importante essa estratégia, contudo, 6% dos entrevistados disseram ser pouco importante. . Considerando que o questionário foi aplicado de forma a não identificar os entrevistados, não foi possível saber

o motivo pelo qual essa parcela dos entrevistados disse que a divulgação diária dos principais autores de crimes é pouco importante.

As respostas permitem inferir que os policiais militares entrevistados consideram que os conhecimentos produzidos pela atividade de inteligência devem ser divulgados diariamente. Na próxima seção será avaliado como é feita esta divulgação, ou seja, como o conhecimento de inteligência chega até o policial militar empregado no policiamento ostensivo.

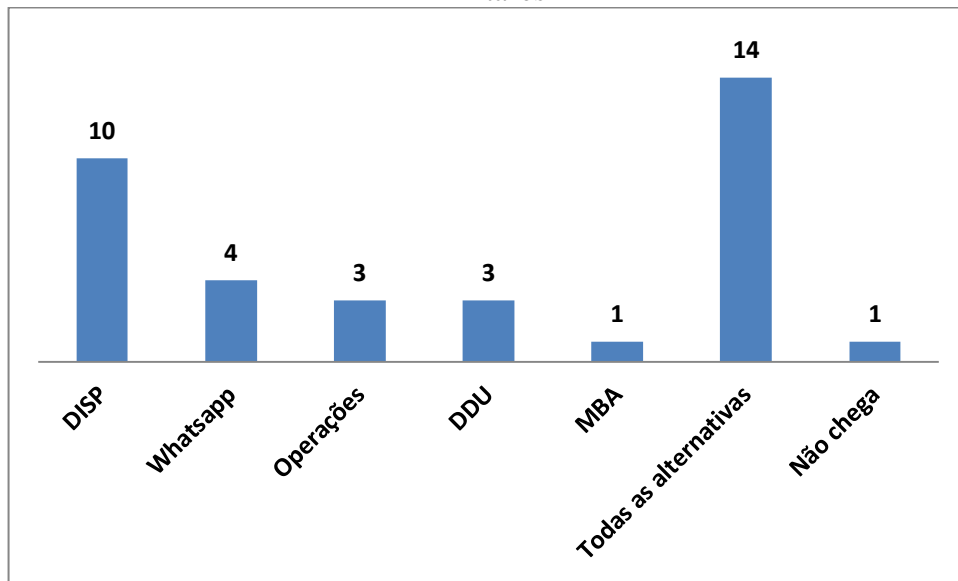
5.5 Como o conhecimento produzido pela Inteligência chega até os policiais militares que estão na linha de frente do combate ao crime

Nesta seção será avaliada como o conhecimento produzido pela inteligência chega até os policiais militares que estão empregados na atividade fim. Foi perguntado aos entrevistados como os conhecimentos produzidos pela Inteligência chegam até eles.

As respostas foram as seguintes: 28% dos entrevistados disseram que é através de um documento interno, divulgado todos os dias pela Seção de Inteligência da Unidade, denominado de Diário Informativo de Segurança Pública (DISP); 8% disseram que é através das operações policiais realizadas pela Atividade de Inteligência; 8% disseram que é através do Disque Denúncia Unificado (DDU) que é gerenciado, na Unidade, pelo Serviço de Inteligência; 11% disseram que é através de grupos policiais na rede social Whatsapp; 3% disseram que é através do mandados de busca e apreensão solicitados pela inteligência, 39% disseram que é através de todas as formas citadas anteriormente e 3% disseram que o conhecimento produzido pela inteligência não chega até os militares.

Não foi possível apurar o motivo pelo qual 3% dos entrevistados disseram que o conhecimento produzido pela inteligência não chega até os policiais militares que estão empregados na atividade fim, uma vez que o DISP é disponibilizado na página do site funcional da PMMG, denominado intranet, que todos os militares têm acesso e que são obrigados, por força de regulamento interno, a acessarem pelo menos duas vezes por dia.

Figura 05 - Como os conhecimentos produzidos pela Inteligência chegam até os policiais militares



Fonte: Resultado da pesquisa

As respostas permitem concluir que o conhecimento produzido pela atividade de inteligência chega até o policial militar, empregado na atividade fim, de várias formas, ou seja, a AI possui vários canais de comunicação com os militares da atividade fim. Merece destaque a importância que os entrevistados atribuíram à rede social Whatsapp, que permite a comunicação rápida entre os militares do serviço de inteligência e os demais policiais militares. Na seção seguinte será avaliada a percepção dos entrevistados sobre a atuação da seção de inteligência.

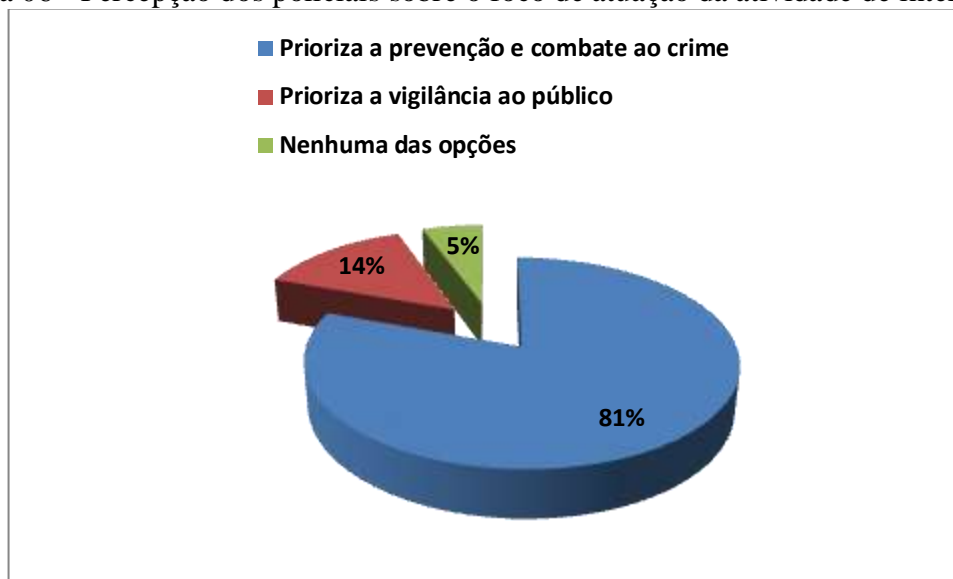
5.6 Percepção dos policiais sobre o foco de atuação da Atividade de Inteligência (AI).

Embora os policiais militares atribuam grande importância à seção de inteligência, nesta seção será avaliada a percepção dos entrevistados sobre o foco de atuação da AI.

Foi perguntado aos policiais militares, se na visão deles, a Seção de Inteligência emprega seus esforços priorizando a prevenção e combate ao crime ou atividades de controle do público interno.

A maioria dos entrevistados (81%) disseram que a Seção de Inteligência prioriza a prevenção e combate ao crime, 14% disseram que o foco da Seção de Inteligência é o público interno, ou seja, os próprios policiais e 5% disseram que a Seção de Inteligência não prioriza nem um nem outro.

Figura 06 - Percepção dos policiais sobre o foco de atuação da atividade de inteligência



Fonte: Resultado da pesquisa

Através destas respostas é possível perceber que uma parcela significativa dos entrevistados acredita que a Seção de Inteligência direciona sua atuação, prioritariamente, para a identificação de desvios de conduta ou crimes praticados pelos policiais militares.

5.7 Percepção sobre como a Atividade de Inteligência pode contribuir para o desempenho das atividades dos policiais militares

Por fim, foi solicitado aos entrevistados que dissessem como a Atividade de Inteligência poria contribuir para o desempenho das atividades dos policiais militares. Essa pergunta foi aberta e de modo sintético, os entrevistados disseram que seria através de um contato maior da Seção de Inteligência com os militares do serviço ostensivo e através de uma maior divulgação dos conhecimentos produzidos.

Estas respostas permitem concluir que os policiais militares entrevistados anseiam por um contato maior com a seção de inteligência e também esperam ter contato diário com o conhecimento produzido pela inteligência.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho contribuiu para lançar luz sobre um assunto pouco abordado pela comunidade acadêmica nacional, o Policiamento Orientado pela inteligência. Após serem apresentados os conceitos e origem da atividade de inteligência e fundamentos da Inteligência de Segurança Pública, foi demonstrada a origem do Policiamento Orientado pela Inteligência, o seu conceito e como esta nova estratégia pode contribuir para a prevenção e combate ao crime.

Em seguida foi demonstrado os procedimentos necessários para implementação do POI pelas unidades policiais. Também foi demonstrado que esta metodologia permite que o policial militar direcione sua atenção e recursos para os principais autores de crimes violentos, ou para aqueles crimes que causam maior impacto nos índices criminais.

Como forma de mensurar a viabilidade do POI pela Polícia Militar de Minas Gerais foi aplicado um questionário aos policiais militares do 31º Batalhão de Polícia Militar. Através das respostas obtidas foi possível constatar que a metodologia do POI tem o potencial de colaborar efetivamente para o benefício da atividade de policiamento.

A pergunta norteadora desta pesquisa foi a seguinte: como as agências de inteligência da Polícia Militar podem contribuir de forma mais intensa na prevenção e combate ao crime utilizando os preceitos do POI?

Através do referencial teórico apresentado e das respostas do questionário aplicado, foi possível perceber que as agências de Inteligência, utilizando a metodologia do POI, devem focar sua atenção na identificação e prisão dos principais autores de crimes violentos e daqueles que causam impacto maior nos índices criminais. Além disso, é fundamental a difusão do conhecimento produzido a todos os policiais militares.

A hipótese básica do estudo foi elaborada sob o enfoque de que a adoção da metodologia do POI potencializa a efetividade das atividades de prevenção e repressão ao crime executados pela PMMG. Esta hipótese ficou comprovada através do referencial teórico e também através do questionário aplicado aos policiais militares.

Sendo assim, ficou demonstrado que o Policiamento Orientado pela Inteligência é uma metodologia que pode potencializar o trabalho de prevenção e combate ao crime realizado pela Polícia Militar. Nesse contexto, é possível dizer que o conhecimento e a aplicação desta metodologia tem o potencial de trazer benefícios para a Polícia e para a comunidade.

Considerando que, conforme demonstrado nas respostas dos entrevistados, os policiais anseiam por um contato maior com a Atividade de Inteligência e anseiam também terem

acesso aos conhecimentos produzidos pela Inteligência, existe a viabilidade da implantação do Policiamento Orientado pela Inteligência na Polícia Militar de Minas Gerais.

REFERÊNCIAS

BÍBLIA. A. T. Gênesis. In: BÍBLIA. Português. **Bíblia sagrada**: contendo o antigo e o novo testamento. Tradução de João Ferreira de Almeida. Rio de Janeiro: Sociedade Bíblica do Brasil, 1966.

BRANDÃO, Priscila Carlos. **Serviços secretos e democracia no cone sul: premissas para uma convivência legítima, eficiente e profissional**. Niterói: Impetus, 2010.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública/SENASP. Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública (DNISP). Brasília, 2007.

_____. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública/SENASP. Introdução à Atividade de Inteligência. Brasília, 2017.

_____. Lei nº 4.341, de 13 de junho de 1964. **Cria o Serviço Nacional de Inteligência**.

_____. Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999. **Institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, e dá outras providências**.

CARDOSO, Arthur Macdowell. **A Importância da inteligência como objeto de estudo para o campo da defesa no Brasil**. Revista Brasileira de Inteligência. Brasília: Abin, n. 12, dezembro 2017.

CARTER, David. U. S. Department of Justice. Office of Community Oriented Policing Services. Law Enforcement Intelligence: **A Guide for State, Local, and Tribal Law Enforcement Agencies**. Michigan State University, Second Edition, 2009.

CEPIK, Marco; AMBROS, Christiano. **Os Serviços de Inteligência no Brasil**. Ciência Hoje, Volume 45, (2009).

CEPIK, Marco; BORBA, Pedro. **Crime organizado, estado e segurança internacional**. Rio de Janeiro, v. 33, n. 2, p. 375-405, Dec. 2011.

CEPIK, Marco Aurélio Chaves. **Serviços de inteligência: agilidade e transparência como dilemas de institucionalização**. 2001. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

_____. **Inteligência governamental: contextos nacionais e desafios contemporâneos**. Niterói, RJ: Impetus, 2011.

FIGUEIREDO, Lucas. **Ministério do Silêncio: a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula 1927-2005**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1993.

GONÇALVES, Joanisval Brito. **O controle da atividade de inteligência em regimes democráticos: casos do Brasil e Canadá**. 2008. 797 f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília. Brasília, 2008.

_____. **Atividade de inteligência e legislação correlata**. Rio de Janeiro: Impetus, 2017.

OSCE, **Guidebook Intelligence-Led Policing**. TNTD/SPMU Publication Series Vol. 13. Viena, 2017. Disponível em:

https://www.ialeia.org/docs/OSCE_Guidebook_ILP_2017_327476.pdf. Consulta em 03 maio 2018.

PERRY et al. **Predictive Policing: The role of crime forecasting in law enforcement operations**. Rand Corporation, 2013.

POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. **Diretriz para a Produção de Serviços de Segurança Pública nº 3.01.06/2011 - CG – Regula a Aplicação da Filosofia de Polícia Comunitária pela Polícia Militar de Minas Gerias**. Belo Horizonte: Seção de Emprego Operacional – EMPM/3, 2011.

RATCLIFFE, Jerry. **Intelligence Leding Police**. New York: Routledge, 2011.

TZU, Sun. **A arte da guerra**. Tradução de Sueli Barros Cassal. Porto Alegre: L&PM, 2006.

APÊNDICE A – Questionário aplicado aos policiais militares do 31º BPM

Caro Policial Militar,

Estou na fase final do Curso de Especialização em Gestão Pública, no qual desenvolvi pesquisa a respeito do Policiamento Orientado Pela Inteligência. Como forma de avaliar o entendimento dos militares a respeito do assunto, solicito aos senhores o preenchimento do questionário acessível no link (<https://goo.gl/forms/YcBKHQC6l38yphtJ3>).

As informações obtidas através do questionário não permitem a identificação de nenhum participante Comprometo-me, como pesquisador, a utilizar os dados e o material coletado somente para esta pesquisa.

Agradeço antecipadamente a atenção dos senhores.

1 A Atividade de Inteligência contribui para o desempenho das atividades de prevenção e combate ao crime.

- () Sem Importância
- () Indiferente
- () Pouco importante
- () Muito importante

2 O conhecimento dos principais autores de crimes ou dos autores de crimes que causam grande repercussão, e sua consequente prisão.

- () Sem Importância
- () Indiferente
- () Pouco importante
- () Muito importante

3 Os conhecimentos produzidos pela Seção de Inteligência da Unidade disponibilizados para os militares da ponta da linha, ou seja, os policiais militares empregados no policiamento ostensivo.

- () Sem Importância
- () Indiferente
- () Pouco importante
- () Muito importante

4 A difusão diária da identificação e foto dos dez principais autores de crimes (através do DISP) seguindo a metodologia do Policiamento Orientado pela Inteligência (POI).

- () Sem Importância
- () Indiferente
- () Pouco importante
- () Muito importante

5 Como os conhecimentos de inteligência chegam até você? Podem ser marcadas mais de uma opção:

- () Diário Informativo de Segurança Pública (DISP)
- () Através de Mandados de Busca e Apreensão e Mandados de Prisão solicitados por aquela seção;
- () Através das operações realizadas pela Seção de Inteligência;
- () Através de denúncias do Disque Denúncia Unificado (DDU);
- () Todas as alternativas anteriores.

6 Em sua opinião, atualmente, a Seção de Inteligência da Unidade emprega seus esforços priorizando:

- () A prevenção e combate ao crime.
- () Atividades de controle do público interno (policiais militares).
- () Nenhuma das opções anteriores.

7 Em sua opinião, como a Seção de Inteligência poderia contribuir de forma mais efetiva para o desempenho de suas funções?